

PREGÃO ELETRÔNICO
90018/2026

ORGÃO GERENCIADOR (UASG)
987053

OBJETO

Registro de preços para aquisição de medicamentos, do tipo: REFERÊNCIA/SIMILAR E GENÉRICOS, visando atender às demandas das Unidades de Saúde e garantir a dispensação adequada aos pacientes do município, com prazo de vigência da ata de 12 (doze) meses e entrega parcelada conforme as necessidades da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo, em estrita conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas nesse Edital, Termo de Referência e demais anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 5.787.520,22

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 12/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço, por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026.

Processo Administrativo nº 39/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE VITERBO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 45.368.545/0001-93, sediado a Rua Sete de Setembro, n.º 398- Centro – Santa Rosa de Viterbo/SP, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. OMAR NAGIB MOUSSA** realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, do Decreto Municipal n.º 5963 de 26 de janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidora da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO, nomeada através da portaria nº 9707 de 03 de janeiro de 2025, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o portal de licitação "www.gov.br/compras", constante da página eletrônica do COMPRAS.GOV- Portal de Compras Públicas do governo Federal, no endereço www.gov.br/compras

A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço "www.gov.br/compras", conforme datas e horários a seguir:

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: **às 09hrs00min do dia 12/06/2026.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo constante no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

EMAIL PARA CONTATO: pregoeiro@santarosa.sp.gov.br

TELEFONE: (16) 3954.8827 / (16) 3954-8802

LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras, no qual o edital também está disponível para "download".

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Registro de preços** para aquisição de medicamentos, do tipo: REFERÊNCIA/SIMILAR E GENÉRICOS, visando atender às demandas das Unidades de Saúde e garantir a dispensação adequada aos pacientes do município, com prazo de vigência da ata de 12 (doze) meses e entrega parcelada conforme as necessidades da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo, em estrita conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas nesse Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

1.1. A licitação será por **ITEM**.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

1.3. O item listado no Anexo n.º I, não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade. Os mesmos são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço.

O Município de Santa Rosa de Viterbo não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte da Prefeitura.

1.4. A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionada no edital de embasamento, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento.

1.5. A Administração não estará obrigada a adquirir os serviços objeto deste Pregão do Fornecedor Registrado da Ata de Registro de Preços, uma vez que o mesmo não caracteriza compromisso de aquisição, podendo cancelá-lo ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da detentora

1.6. Em caso de divergência entre descrição do item do Anexo I deste Edital e a descrição do Portal de compras www.gov.br/compras, prevalecerá o descritivo do Anexo I deste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Poderão participar deste Pregão, os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da presente licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que estiverem devidamente credenciadas junto ao Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para a obtenção do benefício de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fica limitada às microempresas e



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Órgão Gerenciador ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade Órgão Gerenciador, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2. e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

3.11. O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do Fornecedor a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

4.1 - O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 4.1.1.** Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 4.1.2.** Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 4.1.3.** Abrir as propostas de preços;
- 4.1.4.** Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 4.1.5.** Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 4.1.6.** Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- 4.1.7.** Verificar a habilitação do proponente;
- 4.1.8.** Declarar o vencedor;
- 4.1.9.** Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 4.1.10.** Elaborar a ata da sessão;
- 4.1.11.** Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

5. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL COMPRASGOV:

5.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Portal de Compras do Governo Federal através do site www.gov.br/compras.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santa Rosa de Viterbo, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.gov.br/compras, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

6.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.11.1. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do Sistema Eletrônico do www.gov.br/compras na data, horário e local indicados neste Edital.:

7.1.1. Valor unitário e total;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante

7.1.4. Descrição do objeto, contendo informações que atendam as especificações técnicas do Anexo I – Termo de Referência

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante não poderá oferecer em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.8.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos Fornecedores pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico www.gov.br/compras, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO ITEM**, os valores deverão ser apresentados **com 02 (duas) casas decimais após a vírgula**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de 1% (um por cento)**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“aberto”**.

8.11. O modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

8.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada,



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.18.2.2. Empresas brasileiras;

8.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do **preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

8.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo- TCESP - no site <http://www.tce.sp.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício em conformidade com os itens 3.6. e 6.5 deste edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. Contiver vícios insanáveis;

9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração

9.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

10.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do Proponente.

10.17.1. As documentações que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

10.18. A licitante ainda deverá observar o seguinte:

10.18.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

10.18.2. Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz.

10.19. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.19.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.19.2. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores;

10.19.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.19.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.20. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

- 10.20.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- 10.20.2.** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- 10.20.3.** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.
- 10.20.4.** Prova de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 10.20.5.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através da apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União administrados pela Secretaria da Receita Federal e com validade na data da abertura da sessão pública;
- 10.20.6.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual através da apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado, com validade na data da abertura da sessão pública;
- 10.20.7.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal através da apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais expedida pela Prefeitura Municipal da sede da Proponente, com validade na data de abertura da sessão pública;
- 10.20.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011.

10.21. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.21.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, apresentar o índice de liquidez corrente igual ou superior a 1, sendo aceito índice inferior a 1 se a licitante comprovar capital social mínimo não inferior a 10% do valor total da proposta, o que poderá ser consultado no SICAF ou obtido por meio do contrato social, certidão simplificada emitida pela junta comercial ou balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei.

Índice de Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo

10.21.2. Apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

10.21.2.1. Para empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos, será aceito o balanço patrimonial do último exercício, nos termos do § 2º art. 69 da Lei 14.133/2021.

10.21.4. O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

10.21.4.1. As empresas com escrituração meio papel deverá apresentar em cópia autenticada das páginas do livro diário devidamente registrado no órgão competente, sendo elas:

- 1 - Balanço patrimonial dos últimos 2 (dois) exercícios;
- 2 - Demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei;
- 3 - Termos de Abertura e Encerramento

10.21.4.2. As empresas com escrituração digital deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED contábil, apresentando:

- 1 - Termo de Autenticação com a identificação do Autenticador - Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil);
- 2 - Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- 3 - Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- 4 - Termo de abertura e encerramento
- 5 - Requerimento de autenticação de Livro Digital;
- 6 - Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital

10.21.5. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante emitida em até 90 dias.

10.21.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras;

10.22. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.22.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação. Os atestados devem conter:

- a) CNPJ da licitante e endereço atualizado da empresa;
- b) Relatório da entrega do objeto desta licitação;
- c) Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão;

10.22.2. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto a pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o objeto desta licitação, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução/fornecimento.

10.22.3. Em hipótese alguma será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

10.22.4. Os atestados expedidos pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo deverão ser solicitados 48 horas antes da data prevista de abertura do pregão.

10.22.5. Comprovação do licenciamento da empresa licitante, perante o órgão sanitário competente, com jurisdição sobre a localidade onde a empresa possui seu estabelecimento.

10.22.6. Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE, válida e emitida pela ANVISA, que a habilite para exercer atividades relacionadas à fabricação, importação, distribuição ou comercialização de medicamentos;



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

10.23. DEMAIS EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO,

- a)** Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- b)** Declaração de Grau de Parentesco e Inexistência de Vínculo, DECLARA, sob as penas lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Órgão Gerenciador ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - (a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.8.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

12.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

13 - DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.compras.gov.br>.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso.

14.2. Existindo recurso (s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após do (s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente à(s) proponente(s) vencedora(s).

14.4. A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO FORNECEDOR REGISTRADO

15.1. As obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR REGISTRADO, serão estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato/ Ata de Registro de Preços.

16. – DO PAGAMENTO

16.1. Além das condições de pagamento presentes no Termo de referência, o pagamento pela efetiva prestação de serviço deste instrumento será efetuado no 20º (vigésimo) dia após a apresentação dos documentos fiscais ao gerenciador através dos Setores competentes, sendo que o mesmo poderá ser aceito ou rejeitado conforme a sua correta ou incorreta execução e as eventuais falhas e / ou ocorrências apresentadas através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei n.º 14.133/21. A regularidade fiscal poderá ser constatada por meio de consulta on-line em sites oficiais.

16.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pelo fornecedor registrado diretamente ao responsável, que somente atestará o recebimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pelo fornecedor registrado, todas as condições pactuadas.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

16.1.2. A contagem para o 20º (vigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação e liquidação do objeto pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

16.1.3. Para execução do pagamento, o fornecedor registrado deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Prefeitura de Santa Rosa de Viterbo, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Autorização de Fornecimento/Empenho.

16.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor registrado e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus da Prefeitura de Santa Rosa de Viterbo/SP.

16.2. A critério da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo, poderão ser descontados os pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade do fornecedor registrado.

16.3. Persistindo a irregularidade, o Órgão gerenciador deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do ajuste nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao Fornecedor registrado a ampla defesa.

16.4. A Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo fornecedor registrado caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

16.4.1 O fornecedor registrado que deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo.

16.4.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que o fornecedor registrado atenda à cláusula infringida.

16.4.3. O fornecedor registrado retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo.

16.4.4. Débito do fornecedor registrado para com a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

16.4.5. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

16.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

16.6. O Fornecedor registrado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a adjudicatária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira, devida pelo Município de Santa Rosa de Viterbo, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplimento da parcela, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento

VP= Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot 0,365 \quad I = (6/100) \cdot 0,365 \quad I = 0,0001644 \quad TX: \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

16.8. No ato do pagamento, no Setor de Tesouraria deste Município, o fornecedor registrado deverá apresentar prova de regularidade para com o INSS, FGTS E TRABALHISTA, sob pena de serem suspensos os pagamentos das faturas, até ser sanada a irregularidade.

16.9. A inadimplência do fornecedor cadastrado com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao órgão gerenciador a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;

17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.4. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

17.1.4.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.4.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.4.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.4.4. Deixar de apresentar amostra;

17.1.4.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.5. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.5.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

17.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.7. Fraudar a licitação

17.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.8.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.8.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.8.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves; assim entendidas, aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 10 (dez) dias. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.4. O atraso superior a 15 (quinze) dias autorizará o ÓRGÃO GERENCIADOR a promover a rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei 14.133/21.

17.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR REGISTRADO, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133/21.

17.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Fornecedor Registrado serão deduzidos dos valores a serem pagos, observada a legislação vigente.

17.4.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Fornecedor Registrado, o Órgão Gerenciador poderá cobrar o valor remanescente judicialmente

17.4.2. Impedimento de licitar e contratar; e

17.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

17.6.2. As peculiaridades do caso concreto

17.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

17.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.7.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.3, 17.1.4 e 17.1.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.7.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.6., 17.1.7, 17.1.8., 17.1.9., e 17.1.10., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.3., 17.1.4. e 17.1.5., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.6., 17.1.7, 17.1.8, 17.1.9. e 17.1.10., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.3., 17.1.4. e 17.1.5., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

17.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

17.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DAS AMOSTRAS

18.1. Não se aplica

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será permitida a subcontratação.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pregoeiro@santarosa.sp.gov.br e licitacao2@santarosa.sp.gov.br;

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

21.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.santarosa.sp.gov.br

21.10. Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

21.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Santa Rosa de Viterbo

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1. ANEXO I - Relação dos Itens

21.12.2. Anexo IA - Termo de Referência

21.12.3. ANEXO IB - Mapa de Risco

21.12.4. ANEXO II - Modelo de Declarações

21.12.5. ANEXO III - Carta Proposta

21.12.6. ANEXO IV - Ficha de Cadastro do Fornecedor

21.12.7. ANEXO V- Minuta de Ata de Registro de Preços

21.12.8. ANEXO VI - Cadastro Reserva

Santa Rosa de Viterbo, 27 de maio de 2026.

Omar Nagib Moussa
Prefeito Municipal



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO
Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo
CEP: 14270-000 CNPJ: 45.368.545/0001-93 Telefone: (16) 3954-8825
E-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br Site: http://www.santarosa.sp.gov.br

Página: 1 / 7

PREGÃO ELETRÔNICO

Nr.: 90018/2026 - PE

Processo Administrativo: **39/2026**

Data do Processo: **19/05/2026**

ANEXO I
RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	1.000,000	CAPS	90% ÁCIDOS GRAXOS OMEGA 3 - OMEGAPURE BIOBALANCE 500MG (JUDICIAL) - 90% ÁCIDOS GRAXOS OMEGA 3 - OMEGAPURE BIOBALANCE 500MG (JUDICIAL)	3,1000	3.100,00
2	14,000	AMP	ACETATO DE GOSSERRELINA 3,6MG INJ SERINGA PARA APLICAÇÃO SUB - ACETATO DE GOSSERRELINA 3,6MG INJ SERINGA PARA APLICAÇÃO SUBCUTANEA ABDOMINAL PREVIAMENTE CARREGADA, SERINGA COM SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AGULHA.	817,2200	11.441,08
3	120.000,000	CPR	ACIDO FOLICO 5 MG - ACIDO FOLICO 5 MG/CP	0,0500	6.000,00
4	5.000,000	CPR	ACIDO URSODESOXICOLICO 50 MG - ACIDO URSODESOXICOLICO 50 MG	1,9000	9.500,00
5	10.000,000	CPR	AMINOFILINA 100 MG - AMINOFILINA 100 MG/CP	0,1500	1.500,00
6	2.000,000	CPR	AMISSULPRIDA 200MG - AMISSULPRIDA 200MG	14,2400	28.480,00
7	300,000	AMP	BENZILPENICILINA PROCAÍNA300.000 UI + BENZILPENICILINA POTÁS - BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000 UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA100.000 UI INJETAVEL PO PARA SOLUÇÃO DE 4 ML + DILUENTE	7,1700	2.151,00
8	200,000	FR	BROMETO DE GLICOPIRRONICO 50 CMG 30CP + 1 INALADOR - BROMETO DE GLICOPIRRONICO 50 CMG 30CP + 1 INALADOR	293,5000	58.700,00
9	200,000	FR	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,025% GOTAS FR C/20ML - BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,025% GOTAS FR C/20ML USO ADULTO E PEDIÁTRICO SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO.	14,8400	2.968,00
10	100,000	FR	BROMETO DE TIOTROPICO MONOIDRATADO 2,5MCG + CLORIDRATO DE OLODATEROL 2,5MG SOLUÇÃO 4ML - BROMETO DE TIOTROPICO MONOIDRATADO 2,5MCG + CLORIDRATO DE OLODATEROL 2,5MG SOLUÇÃO 4ML	366,3100	36.631,00
11	200,000	FR	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML SOLUÇÃO GOTAS USO ORAL OU INALATÓRIO COM 20ML - BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML SOLUÇÃO GOTAS USO ORAL OU INALATÓRIO COM 20ML	6,6900	1.338,00
12	1.000,000	CAPS	BROMIDRATO DE GALANTAMINA 24MG - BROMIDRATO DE GALANTAMINA 24MG CÁPSULAS DURAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	5,9900	5.990,00

13	200,000	FR	BUDESONIDA 64 MCG DOSE NASAL COM 120 DOSES - BUDESONIDA 64 MCG DOSE NASAL COM 120 DOSES	24,9400	4.988,00
14	150.000,000	CP	CEFALEXINA 500 MG EM CAPSULAS - CEFLEXINA 500 MG EM CAPSULAS	1,8800	282.000,00
15	200,000	FR	CETOPROFENO 100 MG - SOLUÇÃO INJETÁVEL PÓ LIOFILIZADO - CETOPROFENO 100 MG - SOLUÇÃO INJETÁVEL PÓ LIOFILIZADO	5,2700	1.054,00
16	2.000,000	AMP	CITONEURIN 5000 INJETÁVEL - CITONEURIN 5000 INJETÁVEL	8,9000	17.800,00
17	6.000,000	CPR	CLOBAZAM 10 MG - CLOBAZAM 10 MG	1,1900	7.140,00
18	6.000,000	CPR	CLOBAZAN 20 MG - CLOBAZAN 20 MG	2,0000	12.000,00
19	5.000,000	CPR	CLORIDRATO DE BAMIFILINA 300 MG - CLORIDRATO DE BAMIFILINA 300 MG	2,0400	10.200,00
20	70.000,000	CPR	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG - CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	0,5000	35.000,00
21	1.600,000	CPR	CLORIDRATO DE CINACALCETE 30 MG - CLORIDRATO DE CINACALCETE 30 MG	26,4600	42.336,00
22	1.200,000	CPR	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 10 MG - CLORIDRATO DE FLUOXETINA 10 MG	2,1600	2.592,00
23	2.500,000	CPR	CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG - CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG	2,9400	7.350,00
24	5.000,000	CPR	CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG + DAPAGLIFOZINA 10MG - METFORMINA CLORIDRATO, COMPOSTO: ASSOCIADA À DAPAGLIFOZINA, CONCENTRAÇÃO: 1000MG + 10MG, FORMA FARMACEUTICA AÇÃO PROLONGADA (XIGDUO 10/1000MG)	8,2600	41.300,00
25	10.000,000	CPR	CLORIDRATO DE METFORMINA 1000MG + DAPAGLIFOZINA 5MG - METFORMINA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À DAPAGLIFOZINA, CONCENTRAÇÃO: 1000MG + 5MG, FORMA FARMACÊUTICA AÇÃO PROLONGADA	3,9200	39.200,00
26	20.000,000	CPR	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG / CP - CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG / CP	0,9200	18.400,00
27	3.000,000	CPR	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 36MG (CONCERTA 36MG) - CLORIDRATO DE METILFENIDATO 36MG (CONCERTA 36MG)	12,9200	38.760,00
28	3.000,000	CPR	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 54MG - CLORIDRATO DE METILFENIDATO 54MG, COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA.	11,4800	34.440,00
29	10.000,000	CPR	CLORIDRATO DE METILFENIDATO LA 10MG - CLORIDRATO DE METILFENIDATO LA 10MG	4,5000	45.000,00
30	6.000,000	CPR	CLORIDRATO DE METILFENIDATO LA 40MG - CLORIDRATO DE METILFENIDATO LA 40MG	12,6800	76.080,00

31	100,000	FR	CLORIDRATO DE OLODATEROL 2,5MCG, FR 4ML - CLORIDRATO DE OLODATEROL 2,5MCG, FR 4ML	332,6500	33.265,00
32	300,000	FR	CLORIDRATO DE OXIBUTININA1MG/ML XAROPE 120ML - CLORIDRATO DE OXIBUTININA1MG/ML XAROPE 120ML	52,0400	15.612,00
33	5.000,000	CPR	CLORIDRATO DE OXIBUTININA UD 10 MG - CLORIDRATO DE OXIBUTININA UD 10 MG	4,5400	22.700,00
34	1.000,000	CPR	CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 15MG - CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 15MG	2,2300	2.230,00
35	200,000	FR	CLORIDRATO DE TETRACAÍNA ,CLORIDRATO DE FENILEFRINA FR 10ML - CLORIDRATO DE TETRACAÍNA1% ,CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1% FR 10ML	14,5700	2.914,00
36	20.000,000	CPR	CLORIDRATO DE TRAZODONA 100MG - CLORIDRATO DE TRAZODONA 100MG	1,2800	25.600,00
37	20,000	FR	COLIRIO TREALOSE 3g + HIALURONATO DE SÓDIO 0,15g FRASCO COM 10ML (COLIRIO THEALOEZ DUO) - COLIRIO TREALOSE 3g + HIALURONATO DE SÓDIO 0,15g FRASCO COM 10ML (COLIRIO THEALOEZ DUO)	83,5800	1.671,60
38	120.000,000	CPR	DAPAGLIFLOZINA 10MG - DAPAGLIFLOZINA 10MG	5,9600	715.200,00
39	30,000	AMP	DECANOATO DE ZUCLOPENTOXOL (CLOPIXOL DEPOT 200MG/ML) - DECANOATO DE ZUCLOPENTOXOL (CLOPIXOL DEPOT 200MG/ML)	118,3000	3.549,00
40	12,000	AMP	DENOSUMAB 60MG/ML , AMPOLA COM 1ML - DENOSUMAB 60MG/ML , AMPOLA COM 1ML	931,2200	11.174,64
41	5.000,000	CAPS	DEXLANSOPRAZOL 30 MG - DEXLANSOPRAZOL 30 MG	3,9100	19.550,00
42	1.500,000	CPR	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG - LIBERAÇÃO PROLONGADA - DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG - COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	1,2300	1.845,00
43	10.000,000	CPR	EMPAGLIFLOZINA 25MG COMPRIMDOS REVESTIDOS - EMPAGLIFLOZINA 25MG COMPRIMDOS REVESTIDOS	8,8300	88.300,00
44	12.000,000	CPR	EMPAGLIFLOZINA + LINAGLIPTINA 25MG/5MG (GLYXAMBI 25/5MG) - EMPAGLIFLOZINA + LINAGLIPTINA 25MG/5MG (GLYXAMBI 25/5MG)	12,1000	145.200,00
45	2.000,000	CPR	ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG COM 30CP - ETEXILATO DE DABIGATRANA 110MG COM 30CP	6,0700	12.140,00
46	4.000,000	CPR	EVOGLIPTINA 5MG (SUGANON) - EVOGLIPTINA 5MG (SUGANON)	4,6500	18.600,00
47	3.200,000	CPR	FLUNITRAZEPAM 1MG - FLUNITRAZEPAM 1MG	0,9600	3.072,00
48	1.200,000	CAPS	FORFIG 200MG - SILYBUM MARIANUM (SILIMARINA) - EXTRATO SECO - FORFIG 200MG - SILYBUM MARIANUM (SILIMARINA) - EXTRATO SECO	2,6200	3.144,00
49	2.800,000	CPR	FOSFATO SITAGLIPTINA 50MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG C - FOSFATO SITAGLIPTINA 50MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG COM 60CP - JANUMET (JUDICIAL)	3,9500	11.060,00

50	500.000,000	CPR	GLIBENCLAMIDA 5 MG - GLIBENCLAMIDA 5 MG/CP	0,0800	40.000,00
51	20.000,000	CPR	GLIMEPIRIDA 2MG - GLIMEPIRIDA 2MG	0,4700	9.400,00
52	15.000,000	CPR	GLIMEPIRIDA 4 MG - GLIMEPIRIDA 4 MG	0,6900	10.350,00
53	20,000	FR	HIALURONATO SÓDICO 0,15% + CLORETO SÓDIO 0,57% + ACTINOQUINO - HIALURONATO SÓDICO 0,15% + CLORETO SÓDIO 0,57% + ACTINOQUINOL 0,2% - HYABAK (JUDICIAL)	78,6700	1.573,40
54	600,000	TUB	HIDROGEL POMADA 30G - HIDROGEL POMADA 30G	43,2500	25.950,00
55	70.000,000	CPR	IBUPROFENO 300 MG - IBUPROFENO 300 MG	0,4100	28.700,00
56	600,000	UN	INSULINA APIDRA SOLUÇÃO INJ 100UI/ML CANETA COM 3ML - INSULINA APIDRA SOLUÇÃO INJ 100UI/ML, REFIL COM 3ML A SER UTILIZADO EM CANETAS COMPATIVEL PARA A APLICAÇÃO. SENTENÇA JUDICIAL, MARCA DEFERIDA.	46,4800	27.888,00
57	100,000	FRAM	INSULINA ASPARTE COM NICOTINAMIDA 100U/ML(FIASP) - FRASCO/AMPOLA COM 10ML - INSULINA ASPARTE COM NICOTINAMIDA 100U/ML(FIASP) - FRASCO/AMPOLA COM 10ML	191,6900	19.169,00
58	300,000	UN	INSULINA NOVOMIX 30 FLEXPEN 100UI/ML CANETA DESCARTAVEL COM - INSULINA NOVOMIX 30 FLEXPEN 100UI/ML CANETA DESCARTAVEL COM 3ML. SENTENÇA JUDICIAL MARCA DEFERIDA.	89,8100	26.943,00
59	300,000	UN	INSULINA NOVORAOPID 100UI/ML REFIL COM 3ML - INSULINA NOVORAOPID 100UI/ML REFIL COM 3ML. SENTENÇA JUDICIAL, MARCA DEFERIDA.	66,6500	19.995,00
60	120.000,000	CPR	LEVODOPA 100MG + BENZERASIDA 25MG (BD) - LEVODOPA 100MG + BENZERASIDA 25MG (BD)	2,2600	271.200,00
61	14.000,000	CPR	LEVODOPA 100 MG + BENZERASIDA 25 MG COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS - LEVODOPA 100 MG + BENZERASIDA 25 MG COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS.	1,9900	27.860,00
62	40.000,000	CPR	LEVOMEPROMAZINA 25MG - LEVOMEPROMAZINA 25MG	0,5800	23.200,00
63	150.000,000	CPR	LEVOTIROXINA 50MCG - LEVOTIROXINA 50MCG	0,2100	31.500,00
64	100.000,000	CPR	LEVOTIROXINA SODICA 25mg COMP - LEVOTIROXINA SODICA 25mg COMP	0,2300	23.000,00
65	40,000	FR	LIDOCAÍNA 10% SPRAY 50 ML - LIDOCAÍNA 10% SPRAY 50 ML, PARA ANESTESIA TÓPICA	62,8400	2.513,60
66	2.000,000	TUB	LIDOCAÍNA GEL 2% 30 GR - LIDOCAÍNA GELEIA 2 % TUBO COM 30 GR, USO PEDIÁTRICO E ADULTO.	14,0000	28.000,00
67	6.000,000	CPR	LINAGLIPTINA 5MG - TRAYENTA (JUDICIAL)COM 30 CP - LINAGLIPTINA 5MG - TRAYENTA (JUDICIAL)COM 30 CP	10,0700	60.420,00
68	150.000,000	CPR	LORATADINA 10 MG - LORATADINA 10 MG	0,6600	99.000,00
69	1.600.000,000	CPR	LOSARTANA POTASSICA 50 MG - LOSARTANA POTASSICA 50 MG	0,3100	496.000,00

70	3.000,000	CAPS	LUVIS GOLD - SUPLEMENTO ALIMENTAR EM CÁPSULA MOLE - LUVIS GOLD - SUPLEMENTO ALIMENTAR EM CÁPSULA MOLE - Luteína e Zeaxantina - Ômega 3 - Astaxantina e Vitamina D	3,4100	10.230,00
71	3.000,000	CPR	MATERNA SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS PARA GESTANTE - MATERNA SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS PARA GESTANTE	2,8600	8.580,00
72	1.000,000	CPR	MELOXICAN 15 MG - MELOXICAN 15 MG	1,0400	1.040,00
73	2.000,000	CPR	MESALAZINA 500MG, COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERALÇÃO PROLONG - MESALAZINA 500MG, COMPRIMIDO REVESTIDO DE LIBERALÇÃO PROLONGADA	5,6000	11.200,00
74	1.000,000	CPR	METOTREXATO 2,5 MG - METOTREXATO 2,5 MG	1,3500	1.350,00
75	4.000,000	CPR	MICOFENOLATO DE SODIO 180 MG - MICOFENOLATO DE SODIO 180 MG	9,1700	36.680,00
76	3.000,000	CP	MIRTAZAPINA 15MG - MIRTAZAPINA 15MG	2,0600	6.180,00
77	30,000	UN	MOUNJARO 5MG (TIRZEPATIDA) - SERINGA INJETÁVEL - MOUNJARO 5MG (TIRZEPATIDA) - SERINGA INJETÁVEL	2.200,6900	66.020,70
78	400,000	AMP	OMALIZUMABE 150MG - OMALIZUMABE 150MG	3.232,7300	1.293.092,00
79	2.500,000	CAPS	Omega PureDHA 900mg - Omega PureDHA 900mg	6,4700	16.175,00
80	900,000	CPR	OMEPRAZOL MAGNÉSIO 20MG (LOSEC MUPS) - OMEPRAZOL, COMPOSIÇÃO : OMEPRAZOL MAGNÉSIO, CONCENTRAÇÃO 20,6 MG (LOSEC MUPS)	16,9000	15.210,00
81	70,000	UN	OZEMPIC 1MG (SEMAGLUTIDA 1,4MG/ML) - OZEMPIC 1MG (SEMAGLUTIDA 1,4MG/ML)	1.064,1400	74.489,80
82	5.000,000	CPR	PRIMIDONA 100MG - PRIMIDONA 100MG	0,8400	4.200,00
83	400,000	FR	PROPIONATO FLUTICASONA 250MCG SPRAY 60 DOSES - PROPIONATO FLUTICASONA 250MCG SPRAY 60 DOSES	161,9900	64.796,00
84	30,000	TUB	PROTETOR REPARADOR LABIAL COMPOSTO POR PANTENOL5%+MP LIPIDES - PROTETOR REPARADOR LABIAL, SEM PERFUME. COMPOSTO POR PANTENOL5%+MP LIPIDES, TUBO COM 7,5ML. REFERENCIA CICAPLAST BAUME B5 LÁBIOS.	78,2700	2.348,10
85	8.000,000	CPR	SACUBITRIL 24MG + VALSARTANA 26MG - SACUBITRIL 24MG + VALSARTANA 26MG	6,4600	51.680,00
86	20.000,000	CPR	SACUBITRIL 49MG + VALSARTANA 51MG - ENTRESTO 49MG/51MG - SACUBITRIL 49MG + VALSARTANA 51MG - ENTRESTO 49MG/51MG COM 60CP (JUDICIAL)	5,2500	105.000,00
87	4.000,000	CPR	SACUBITRIL 97MG + VALSARTANA 103MG (ENTRESTO 97MG/103MG) - SACUBITRIL 97MG + VALSARTANA 103MG (ENTRESTO 97MG/103MG)	5,4300	21.720,00
88	2.000,000	CPR	SAXAGLIPTINA 5MG - SAXAGLIPTINA 5MG	5,8100	11.620,00
89	2.000,000	CPR	SAXAGLIPTINA 5MG + METFORMINA 1000MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA - SAXAGLIPTINA 5MG + METFORMINA 1000MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	7,5200	15.040,00

90	300,000	FR	SOLUÇÃO CLORETO DE SODIO 0,9 500ML - SOLUÇÃO CLORETO DE SODIO 0,9 500ML	8,0800	2.424,00
91	2.000,000	CPR	SULFATO FERROSO 300MG (NEUTROFER JUDUCUAL) - SULFATO FERROSO 300MG (NEUTROFER JUDUCUAL)	2,1500	4.300,00
92	200.000,000	CPR	SULFATO FERROSO 40 MG COMP REVESTIDOS - SULFATO FERROSO 40 MG COMP REVESTIDOS	0,1400	28.000,00
93	3.000,000	CAPS	SUPLEMENTO ALIMENTAR COM OLEO DE PEIXE, VITAMINAS E MINERAIS (BARISTAR) - SUPLEMENTO ALIMENTAR COM OLEO DE PEIXE, VITAMINAS E MINERAIS (BARISTAR)	1,8000	5.400,00
94	3.000,000	CPR	SUPLEMENTO ALIMENTAR DE HIDROXIMETILBUTIRATO DE CÁLCIO (REFERÊNCIA: M-TOR) - SUPLEMENTO ALIMENTAR DE HIDROXIMETILBUTIRATO DE CÁLCIO (REFERÊNCIA: M-TOR)	4,1200	12.360,00
95	1.000,000	CPR	SUPLEMENTO ALIMENTAR (Referência: Colflex curcuma) - SUPLEMENTO ALIMENTAR (Referência: Colflex curcuma) SUPLEMENTO ALIMENTAR CONTENDO COLÁGENO NÃO DESNATURADO TIPO II 1,6MG (40MG DE B2COOL), CURCUMINA 80MG (400MG DE EXTRATO DE RIZOMAS DE CURCUMA LONGA LONGVIDA) E VITAMINA C 14MG.	8,9300	8.930,00
96	1.500,000	CPR	SUPLEMENTO ALIMENTAR (Referência: Flexone) - SUPLEMENTO ALIMENTAR COMPOSIÇÃO PRINCIPAL CURCUMINA 130MG, COLÁGENO TIPO 2 1,2MG, ÁCIDO HIALURÔNICO 150MG E GLUCOSAMINA 750MG	5,6700	8.505,00
97	3.000,000	CAPS	TACROLIMO 1MG CAPSULA - TACROLIMO 1MG CAPSULA	9,8200	29.460,00
98	30.000,000	CPR	TARTARATO DE METOPROLOL 100MG/CP - TARTARATO DE METOPROLOL 100MG/CP	1,0000	30.000,00
99	10,000	AMP	TERIPARATIDA 250MCG/ML ADMINISTRAÇÃO SUBCUTANEA - TERIPARATIDA 250MCG/ML ADMINISTRAÇÃO SUBCUTANEA	2.912,0300	29.120,30
100	1.600,000	CPR	TIAMAZOL 5MG - TIAMAZOL 5MG	0,4200	672,00
101	500,000	CPR	TORVAL CR 500MG (VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPRÓICO) - TORVAL CR 500MG (VALPROATO DE SÓDIO + ÁCIDO VALPRÓICO)	2,9400	1.470,00
102	20,000	UN	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 4 ML - UNDECILATO DE TESTOSTERONA 4 ML (250 MG/ML DE UNDECILATO DE TESTOSTERONA)	423,4000	8.468,00
103	400,000	SACH	VACCINIUM MACROCARPON 600MG SACHE 5G - CRANBERRY - VACCINIUM MACROCARPON 600MG SACHE 5G - CRANBERRY	3,9500	1.580,00
104	1.000,000	FR	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML FRASCO 100ML - VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML FRASCO 100ML	14,2700	14.270,00
105	4.000,000	CPR	VALSARTANA + ANLODIPINO 320MG/10MG (DIOVAN AMLO FIX - VALSARTANA + ANLODIPINO 320MG/10MG (DIOVAN AMLO FIX	3,9900	15.960,00

106	15,000	AMP	VEDOLIZUMABI 300MG - ENTYVIO - VEDOLIZUMABI 300MG - ENTYVIO	18.343,8000	275.157,00
107	5.600,000	CPR	VIGABATRINA 500 MG - VIGABATRINA 500 MG	8,1400	45.584,00
108	4.000,000	CPR	ZIPRASIDONA 40 MG - ZIPRASIDONA 40 MG	14,4700	57.880,00
109	4.000,000	CPR	ZIPRASIDONA 80 MG - ZIPRASIDONA 80 MG	24,6000	98.400,00

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	5.787.520,22
----------------------------------	--	--	--	--------------	--------------

* Item anulado



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO DA CONTRATAÇÃO E NATUREZA, QUANTIDADES E PRAZO

Nos termos do pedido de compra anexo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, constitui objeto da presente contratação o seguinte:

Fornecimento de medicamentos, pelo sistema de registro de preços, visando atender às demandas das Unidades de Saúde e garantir a dispensação adequada aos pacientes do município, com prazo de vigência da ata de 12 (doze) meses e entrega parcelada conforme as necessidades da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo, em estrita conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Os produtos/materiais são de natureza comum, não se enquadrando como bens de luxo conforme Decreto Municipal de Regulamentação, bem como também não são superiores à qualidade necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

Os produtos/materiais bem como suas especificações e quantidades, se encontram pormenorizados no documento anexo.

FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A garantia do fornecimento contínuo e regular de medicamentos essenciais é um pilar fundamental para o funcionamento eficaz do sistema público de saúde, impactando diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. A escassez ou ausência desses insumos compromete o direito constitucional à saúde, resultando na interrupção de tratamentos, agravamento de condições clínicas e uma diminuição generalizada da confiança nos serviços de saúde. Dessa forma, a aquisição de medicamentos transcende um mero ato administrativo, configurando-se como uma medida crítica para salvaguardar a saúde pública e assegurar a continuidade da assistência vital.

Esta aquisição visa mitigar os desafios supracitados, garantindo que as Unidades de Saúde disponham dos recursos farmacêuticos necessários para atender às demandas dos pacientes. Ao assegurar um estoque estável de medicamentos, a administração pública promove a eficiência na prestação de serviços, otimiza os regimes de tratamento e reduz a necessidade de intervenções emergenciais ou mais onerosas no futuro. Tal abordagem proativa alinha-se aos princípios da boa gestão pública, buscando maximizar o retorno do investimento público na área da saúde.

Sob a égide da Lei nº 14.133/2021, a presente necessidade reflete o compromisso da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo com o planejamento estratégico e a busca pelas condições mais vantajosas para a administração pública. O arcabouço legal enfatiza a importância de uma fase de planejamento robusta para identificar e endereçar as necessidades públicas com transparência, integridade e foco na obtenção dos melhores



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

resultados para a sociedade, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e responsável.

A aquisição proposta aborda diretamente o imperativo de manter um programa de assistência farmacêutica abrangente e acessível, crucial para a saúde dos cidadãos atendidos pelo município. Ao garantir a disponibilidade de uma gama diversificada de medicamentos, a Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo reforça sua dedicação em promover a equidade em saúde e em fornecer suporte essencial para o tratamento e a recuperação de sua população, cumprindo assim seu mandato social com diligência e visão de futuro.

A variabilidade intrínseca na demanda por medicamentos, influenciada por fatores epidemiológicos, sazonais e pela própria dinâmica de atendimento das Unidades de Saúde, torna a quantificação exata e prévia um desafio considerável. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) emerge como a solução mais adequada, permitindo aquisições parceladas conforme a real necessidade e o fluxo de consumo. Essa flexibilidade é crucial para evitar o acúmulo de estoques ociosos, a perda de validade dos produtos e, consequentemente, o desperdício de recursos públicos, otimizando a logística de armazenamento e distribuição.

Adicionalmente, o Registro de Preços favorece a obtenção de preços mais competitivos, uma vez que a demanda global potencializa a economia de escala, atraindo um maior número de fornecedores e estimulando a concorrência. A padronização dos itens a serem adquiridos, por sua vez, garante a uniformidade na qualidade e no atendimento às diversas unidades de saúde, simplificando a gestão e a dispensação. Tal estratégia encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, art. 40, inciso II, c/c com o artigo 78 inciso IV, que reconhece a conveniência do SRP para contratações de bens e serviços com entregas parceladas ou quando a demanda não pode ser previamente determinada com precisão.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A presente solução visa atender à premente necessidade da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo em assegurar o acesso contínuo e qualificado a medicamentos essenciais e complementares para a população, por meio do abastecimento das Unidades de Saúde e da dispensação direta aos pacientes. A contratação proposta, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme preceitua a Lei Federal nº 14.133/21, busca otimizar os recursos públicos, garantir a agilidade nas aquisições e manter a regularidade do estoque, fundamental para a continuidade dos serviços de saúde.

A solução como um todo compreende a aquisição de uma ampla gama de medicamentos, abrangendo diversas classes terapêuticas, formas farmacêuticas, concentrações e apresentações, conforme detalhamento a ser especificado no Termo de Referência. O objetivo é cobrir as demandas rotineiras e emergenciais das unidades de saúde do município, desde a atenção básica até os serviços especializados, garantindo que os pacientes recebam os tratamentos necessários de forma tempestiva e eficaz.

Aspectos Técnicos e Operacionais

Os aspectos técnicos e operacionais da solução são cruciais para o sucesso da contratação e a efetividade do serviço. Serão exigidos medicamentos devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com comprovação de qualidade, eficácia e segurança. Os fornecedores deverão apresentar documentação que



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

atesta a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e Distribuição de medicamentos, conforme regulamentação sanitária vigente.

A logística de entrega será um ponto central, com a definição de prazos rigorosos e condições de transporte que garantam a integridade e a qualidade dos produtos, incluindo, quando necessário, o controle de temperatura. As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Central da Saúde ou em outras unidades designadas pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma fracionada e programada, conforme a demanda e a capacidade de armazenamento do município. Será fundamental a capacidade do fornecedor em gerenciar entregas parciais e atender a requisições em diferentes momentos da vigência da Ata de Registro de Preços.

No recebimento, será realizada uma conferência rigorosa dos lotes, verificando a conformidade com as especificações da Ordem de Fornecimento, o prazo de validade mínimo aceitável (a ser definido em edital), a integridade das embalagens e a rastreabilidade dos produtos. A Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo poderá exigir laudos técnicos e certificados de análise de cada lote entregue, bem como se reserva o direito de realizar testes amostrais para verificação da qualidade. Em caso de não conformidade, avarias, erros de entrega ou prazos de validade inadequados, serão aplicados os procedimentos de devolução e substituição sem ônus para a administração pública, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21 e no Termo de Referência.

Ciclo de Vida da Solução

O ciclo de vida da solução proposta abrange as seguintes etapas:

1. Planejamento e Preparação: Inclui a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, o detalhamento do Termo de Referência com as especificações técnicas dos medicamentos, a pesquisa de mercado para estimativa de preços e a definição dos critérios de julgamento e habilitação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.
2. Processo Licitatório: Condução da licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, para seleção dos fornecedores que apresentarão os melhores preços e condições, resultando na formação da Ata de Registro de Preços.
3. Contratação e Gestão da Ata: Formalização da Ata de Registro de Preços com os licitantes vencedores. Durante a vigência da Ata, serão emitidas Ordens de Fornecimento (OF) conforme a demanda das Unidades de Saúde e a disponibilidade orçamentária, observando os quantitativos registrados.
4. Execução e Monitoramento: Os fornecedores realizarão as entregas dos medicamentos, que serão recebidos, conferidos e armazenados adequadamente pela equipe municipal. A gestão de estoque será integrada para otimizar o uso, monitorar prazos de validade e evitar rupturas ou perdas. Será mantido um canal de comunicação eficaz com os fornecedores para resolução de quaisquer intercorrências.
5. Dispensação e Uso: Os medicamentos serão dispensados aos pacientes ou utilizados nas unidades de saúde, conforme as prescrições médicas e as necessidades assistenciais, garantindo o acesso à saúde da população.
6. Encerramento: O ciclo se encerra com o término da vigência da Ata de Registro de Preços ou o esgotamento dos quantitativos registrados, dando início a um novo processo de planejamento para a continuidade do abastecimento.

A solução proposta, ao adotar o Sistema de Registro de Preços e pautar-se integralmente pela Lei Federal nº 14.133/21, visa garantir a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, acima de tudo, a efetividade na prestação dos serviços de saúde à população de Santa Rosa do Viterbo, assegurando o acesso ininterrupto a medicamentos de qualidade.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação, a ser realizada sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, visa assegurar o fornecimento contínuo e regular de medicamentos essenciais para as Unidades de Saúde do município de Santa Rosa de Viterbo. Esta modalidade é crucial para gerenciar a variabilidade da demanda e otimizar a aquisição de insumos farmacêuticos, garantindo a assistência à saúde da população e a eficácia dos tratamentos, mitigando riscos de desabastecimento e desperdício de recursos públicos.

Para a habilitação dos licitantes, serão exigidos requisitos que comprovem a capacidade jurídica e a qualificação técnica para o fornecimento dos medicamentos. Os interessados deverão demonstrar aptidão para executar o objeto da licitação, atendendo às condições de habilitação elencadas detalhadamente no Termo de Referência, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, assegurando que apenas empresas idôneas e capazes participem do certame.

Requisitos Específicos da Contratação

1. **Conformidade Técnica dos Medicamentos:** Os medicamentos devem atender rigorosamente às especificações técnicas descritas no Termo de Referência, incluindo princípio ativo, dosagem, forma farmacêutica, concentração e apresentação, bem como possuir registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
2. **Qualidade e Segurança:** Os produtos devem ser fabricados e distribuídos em conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e Distribuição de Medicamentos, conforme regulamentação da ANVISA, garantindo a qualidade, eficácia e segurança para o uso humano.
3. **Prazo de Validade:** Os medicamentos entregues deverão possuir prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de entrega, ou outro prazo superior especificado no Termo de Referência para itens de menor giro, a fim de evitar perdas por expiração.
4. **Logística e Prazos de Entrega:** O fornecedor deverá demonstrar capacidade logística para realizar entregas parceladas, conforme as solicitações da Administração, em prazos que garantam a continuidade do abastecimento, evitando rupturas de estoque nas Unidades de Saúde.
5. **Embalagem e Acondicionamento:** Os medicamentos devem ser entregues em suas embalagens originais, íntegras, com identificação clara do produto, fabricante, número de lote e data de validade, e acondicionados de forma a preservar sua integridade e qualidade durante o transporte e armazenamento.
6. **Rastreabilidade:** Os produtos devem permitir a rastreabilidade de seu lote e origem, conforme as exigências sanitárias vigentes, para controle e segurança da cadeia de suprimentos.
7. **Atendimento Operacional:** Disponibilidade de canais de comunicação eficazes para o atendimento a dúvidas, solicitações e eventuais intercorrências relacionadas aos produtos e entregas, bem como um procedimento claro e ágil para troca de produtos com defeito, avarias, prazo de validade inadequado ou que não estejam em conformidade com o solicitado.
8. **Vigência da Proposta e Contratual:** O preço registrado deve ser mantido durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, permitindo ajustes apenas nas condições e limites previstos na Lei Federal nº 14.133/21 e no edital, garantindo a estabilidade e previsibilidade dos custos para a administração pública.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

A definição clara e objetiva dos requisitos da contratação é um pilar fundamental para o sucesso do processo licitatório, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Ao detalhar as exigências técnicas, operacionais e de qualidade, a Administração Pública assegura que os bens adquiridos atendam plenamente às necessidades da população, promovendo a eficiência na aplicação dos recursos e a obtenção dos melhores resultados para a sociedade.

Adicionalmente, a especificação precisa dos requisitos contribui para a ampliação da competitividade do certame, uma vez que permite que um maior número de fornecedores aptos apresente suas propostas, sem a imposição de barreiras desnecessárias. Tal abordagem, alinhada aos princípios da boa gestão pública, garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em termos de preço, qualidade e condições de entrega, fortalecendo a confiança nos serviços de saúde e o compromisso com o bem-estar dos cidadãos.

OBSERVAÇÕES: Os produtos a serem fornecidos devem obedecer rigorosamente às normas de padronização, fiscalização e regulamentação estabelecidas pelas respectivas entidades reguladoras de cada setor. Isso visa garantir a qualidade, segurança e conformidade dos produtos e serviços. Por exemplo, as especificações da ABNT, INMETRO, normas ISO, ANVISA, Ministério da Saúde, MAPA, ANATEL, ANP, ANEEL entre outras. Devem ser seguidas conforme aplicável à natureza do produto ou serviço.

OS MEDICAMENTOS NÃO PODERÃO SER MANIPULADOS, SOMENTE REFERÊNCIA/SIMILAR OU GENÉRICOS.

Da Subcontratação - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação - Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

Garantia dos produtos - O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento do objeto será: **PARCELADO AO LONGO DO EXERCÍCIO**

O prazo de entrega dos bens é de **10 DIAS**, contados do Recebimento e Aceite da AF-Autorização de Fornecimento, em remessa única e deverá ser entregue no seguinte endereço: **ALMOXARIFADO SAUDE MEDICAMENTOS**, situado na **RUA GERMINIANO QUEIROZ, 187 CENTRO, SANTA ROSA DO VITERBO - SP**.

Caso não seja possível a entrega no prazo previsto, a empresa deverá requerer, motivada e tempestivamente com 02 dias de antecedência, requerer a prorrogação do prazo, a qual somente ocorrerá se a justificativa for aceita pela Administração, ressalvados as situações de caso fortuito e força maior.

Os produtos deverão ser entregues acompanhados de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do certame, quanto à marca/fabricante, modelo, forma de acondicionamento, aparência, peso, volume, tamanho, composição, prazo de validade, garantia, quantidade, qualidade e autenticidade, respeitando rigorosamente as especificações deste TR e anexos.

Os produtos/materiais deverão ser entregues no endereço indicado na Autorização de Fornecimento.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as normas da Lei 14.133/2021, as regras do regulamento municipal, em especial ao Decreto Municipal, ao contrato ou documento equivalente que tenha valor contratual (art. 95 da Lei 14.133/2021), e seguindo em que couber as seguintes rotinas:

Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

- Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
- Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;
- Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável no TR e Edital/Aviso de Contratação, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

A fiscalização do contrato será auxiliada pela Procuradoria Municipal, Controle Interno e Diretoria de Suprimentos, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega pelo fiscal para posterior verificação de conformidade.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos sem ônus para a Administração.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, proceder-se-á a liquidação.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado: **20 DIAS APÓS EMISSÃO DA NOTA**

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice específico utilizado pelo município de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, com critério de julgamento: **POR ITEM**



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

Deverá ser solicitado do fornecedor, a apresentação de: **SUGESTÃO DE MARCA - TODOS OS ITENS**

DA SUGESTÃO DE MARCAS

Em alguns itens foram indicadas marcas determinadas como parâmetro de qualidade, conforme documento anexo do Termo de Referência, sendo que, caso o licitante opte por cotar produtos de marcas divergentes das indicada(s), poderá o Pregoeiro(a) solicitar a apresentação de CATÁLOGOS ou AMOSTRAS dos mesmos após ser declarado provisoriamente classificado em primeiro lugar (término da etapa de lances), sob pena de desclassificação no(s) item(ns) em que houver se omitido de tal obrigação.

A exigência de catálogos/amostras faz-se necessário visto que, existem vários produtos no mercado com a mesma especificação mas com qualidade diferente, através dos catálogos/amostras é possível detectar se o mesmo corresponde a expectativa em relação ao material utilizado na fabricação dos mesmos. A solicitação do catálogo/amostra tem sido uma valiosa ferramenta de que dispõe o gestor para assegurar a eficácia da contratação, ou, ao menos, minorar a incidência de problemas na entrega do objeto, pois poderá fazer o cotejo do produto ofertado com os requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos no instrumento convocatório, antes de assinado o contrato. quando não há essa previsão, é grande o risco de o gestor constatar somente após a celebração do contrato que o bem ou produto fornecido não atende aos requisitos mínimos de qualidade previstos no edital. e então, para solucionar o problema, será necessário penalizar a empresa, rescindir o contrato (concedendo prazo para a contratada manifestar-se, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, com posterior análise da manifestação e, ainda, eventuais recursos administrativos pela ex-contratada) e operar nova contratação, gerando custos e atrasos para a administração com o retrabalho - o que é ainda pior quando isso ocorre mais de uma vez no mesmo certame, sendo que solicitamos a amostra para gerar maior celeridade no processo licitatório.

No ato da sessão o pregoeiro(a) requisitará junto ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar o catálogo/amostra do seu produto, caso não tenha cotado a marca sugerida, repassando-a de imediato ao responsável técnico presente para que este proceda a avaliação diante dos requisitos estabelecidos.

Seguir-se-á o roteiro abaixo discriminado para avaliação do catálogo/amostra:

- a) inicialmente o responsável técnico verificará se o catálogo/amostra apresentado se encontra devidamente identificada nos moldes do subitem anterior, ou ainda em embalagem primária e no período de validade, o que não ocorrendo gerará sua reprova.
- b) preenchendo os requisitos citados, procederá o responsável técnico o comparativo objetivo da amostra ofertada com a descrição estipulada para o produto, em especial a dimensão, material, embalagem, composição, dentre outros fatores indicados no descritivo.
- c) sendo insuficientes os elementos, poderá o responsável técnico realizar diligências que entender pertinentes para a elucidação da descrição do produto, como, por exemplo, consulta ao site do fabricante, ou ainda, folders oficiais do fabricante.
- d) finalizada a respectiva análise, manifestará o responsável técnico por meio de parecer escrito (que será juntado a ata da sessão) os elementos por ele examinados, opinando pelo aceite ou reprova da amostra à pregoeira, a quem compete a decisão final.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado para a presente contratação é de: **R\$ 715.000,00 (setecentos e quinze mil reais).**

A composição da estimativa de preços teve como referência os valores contratados por meio do Processo Administrativo nº 22/2025, cujo objeto compreende os mesmos medicamentos, acrescidos do percentual de 25% (vinte e cinco por cento), visando resguardar



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

a Administração quanto a eventuais reajustes contratuais, além de considerar a ampliação do número de itens contemplados, bem como o aumento quantitativo de determinados itens.

DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação (ATA) onerarão verbas a serem definidas quando da emissão de cada empenho.

CONTATO DO DEMANDANTE PARA ESCLARECIMENTOS/DÚVIDAS SOBRE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO

NOME: **André Salomão Salomen Nader**

TELEFONE: **(16) 3954-8836 ou (16) 3954-8838**

E-MAIL: **diretoriasaude@santarosa.sp.gov.br**

TERMO DE CIÊNCIA DO FISCAL

Eu, **Kátia Andrade Pereira dos Santos**, declaro estar ciente de minha designação como Fiscal do Contrato referente ao objeto deste Termo de Referência. Comprometo-me a desempenhar minhas funções com diligência, imparcialidade e integridade, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o controle de prazos e a avaliação do desempenho da contratada. Estou ciente da importância de documentar todas as comunicações e ocorrências relacionadas ao contrato.

Fiscal

Santa Rosa de Viterbo-SP, 18 de maio de 2026

ANDRÉ SALOMÃO SALOMEN NADER
DEPARTAMENTO DE SAÚDE



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

MAPA DE RISCO

INTRODUÇÃO

OBJETO PROCESSUAL:

Fornecimento de medicamentos, pelo sistema de registro de preços, visando atender às demandas das Unidades de Saúde e garantir a dispensação adequada aos pacientes do município, com prazo de vigência da ata de 12 (doze) meses e entrega parcelada conforme as necessidades da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo, em estrita conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO

1.1. A Lei nº 14.133/2021, estabelece em seu artigo 18, inciso X, e artigo 22, que na fase de planejamento do processo licitatório a Administração deve realizar uma análise de gerenciamento e alocação dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a regular execução do objeto contratual. A presente matriz de risco está associada a cláusula contratual, sendo parte integrante do contrato do objeto referenciado, como definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS – PROBABILIDADES VS IMPACTOS

2.1 Na matriz de risco estão indicados os possíveis fatos e eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam resultar em um risco identificado, com nexo de causa e consequência por ocasião de sua ocorrência, com possíveis impactos na execução do objeto, e efeitos na equação de equilíbrio econômico-financeiro do contrato

2.2 Para quantificação dos riscos adotou-se métricas de grandezas quanto a probabilidade de sua ocorrência e o seu grau de impacto na execução do objeto contratual. As métricas estão apresentadas em termos de escalas da combinação de pesos na perspectiva do impacto e da probabilidade, tendo por base as informações das análises e gerenciamento dos riscos pertinentes a execução do objeto.

3. CLASSIFICAÇÃO DA PROBABILIDADE (P)

Alta: correspondendo a um evento esperado que ocorra na maioria das circunstâncias.

Média: correspondendo a um evento que deve ocorrer em algum momento.

Baixa: correspondendo a um evento que pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais.

4. CLASSIFICAÇÃO DO IMPACTO (I)

Alto: o impacto ocasiona restrição das ações de gestão e pode ocasionar atraso na execução do objeto.

Médio: o impacto é sentido no andamento das ações de gestão e pode ocasionar interrupção temporária de etapas ou fases da execução do objeto processual, com atrasos irrelevantes.

Baixo: o impacto é considerado mínimo ou desprezível às ações de gestão e ao andamento das etapas e fases da execução do objeto processual.

5. CLASSIFICAÇÃO DO RISCO NA MATRIZ (R)

Alto: danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo de seguir seu curso.

Médio: danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando ou interferindo em sua qualidade.

Baixo: danos que não comprometem o processo/serviço.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br



6. TABELA DE ALOCAÇÃO DOS RISCOS – RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 O princípio de alocação das responsabilidades dos riscos tem o objetivo de estabelecer um ambiente favorável à colaboração entre contratante e contratada, visando à identificação precoce e à abordagem proativa dos riscos, o que pode resultar em uma gestão mais eficaz e na minimização de impactos adversos sobre a execução do empreendimento.

7. MITIGAÇÃO DOS RISCOS

7.1 Para evitar a materialização dos riscos ou reduzir seus impactos, contratada e contratante devem instituir medidas mitigadoras de forma a identificar problemas e antecipar soluções que podem vir a ocorrer durante o trâmite do processo administrativo (fase de planejamento e licitação) e durante a execução do contrato (fase de execução do objeto).

7.2 A rigor, o tratamento e medidas mitigadoras dos riscos identificados envolve a definição de ações de prevenção, com o objetivo de eliminar ou reduzir a probabilidade de ocorrência dos sinistros e, para o risco que não seja possível eliminar totalmente a probabilidade de sua ocorrência, o estabelecimento de ações de contingenciamento, definindo possíveis soluções e alternativas de como lidar com as consequências advindas dos sinistros, caso eles ocorram.

RISCOS

Risco 1 — Definição inadequada das especificações técnicas

Identificação do Risco: O Termo de Referência ou Projeto Básico apresenta especificações técnicas imprecisas, incompletas ou excessivamente restritivas para os medicamentos, dificultando a aquisição ou a competitividade. Consequência: Aquisição de medicamentos inadequados às necessidades dos pacientes, restrição indevida da competitividade, necessidade de aditivos contratuais, ou Licitação deserta/fracassada.

Fase da Contratação: Planejamento da Contratação

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Realizar ampla pesquisa de mercado e consulta a profissionais de saúde e farmacêuticos; elaborar Termo de Referência detalhado com base em evidências, normas técnicas e legislação sanitária; promover audiência pública ou consulta pública, se cabível; revisão técnica e jurídica do documento.

Contingência: Republicação do edital com correções; anulação da Licitação e reinício do planejamento; justificativa para aquisição direta em caso de urgência e impossibilidade de nova Licitação.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

Setor Responsável: Diretoria Municipal de Saúde, Equipe de Planejamento da Contratação, Procuradoria Municipal.

Risco 2 — Estimativa incorreta da demanda ou quantidades

Identificação do Risco: A projeção das quantidades de medicamentos necessárias para o período de 12 meses é superestimada ou subestimada, resultando em estoque excessivo ou desabastecimento.

Consequência: Desperdício de recursos públicos (medicamentos vencidos), custos de armazenamento elevados, ou falta de medicamentos essenciais para os pacientes, comprometendo a saúde pública.

Fase da Contratação: Planejamento da Contratação

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Utilizar dados históricos de consumo, projeções epidemiológicas e informações das Unidades de Saúde; realizar análise crítica da demanda com participação de profissionais da área; considerar sazonalidade e programas de saúde específicos.

Contingência: Realizar remanejamento de estoque entre unidades; solicitar aditivo contratual para suplementação ou supressão de quantitativos, respeitando os limites legais; realizar nova Licitação emergencial em caso de desabastecimento crítico.

Setor Responsável: Diretoria Municipal de Saúde, Departamento de Farmácia, Equipe de Planejamento da Contratação.

Risco 3 — Falha na pesquisa de preços de mercado

Identificação do Risco: A pesquisa de preços para a estimativa do valor da contratação é deficiente, resultando em preço de referência irreal (muito alto ou muito baixo).

Consequência: Contratação por valor antieconômico (sobrepço) ou Licitação deserta/fracassada por preços inexequíveis, gerando atrasos e prejuízos ao erário.

Fase da Contratação: Planejamento da Contratação

Tipo: Financeiro

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Médio

Mitigação: Realizar pesquisa de preços abrangente, utilizando múltiplas fontes (painel de preços, contratações similares, publicações especializadas, cotações com fornecedores); justificar a metodologia e os preços adotados; exigir amostras ou comprovação de qualidade para itens específicos.

Contingência: Revisão da pesquisa de preços e republicação do edital; anulação da Licitação e reinício do planejamento; negociação com o licitante vencedor para adequação de preços, se permitido.

Setor Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação, Diretoria de Suprimentos.

Risco 4 — Ausência ou deficiência na análise de riscos preliminar

Identificação do Risco: O processo de planejamento não inclui uma análise de riscos formal ou esta é superficial, deixando de identificar potenciais problemas antes da Licitação.

Consequência: Materialização de riscos não previstos durante a Licitação ou execução contratual, gerando atrasos, custos adicionais e comprometimento da entrega dos medicamentos.

Fase da Contratação: Planejamento da Contratação

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Nível de Risco Inerente: Médio

Mitigação: Instituir procedimento padrão para análise de riscos em todas as contratações; capacitar a equipe de planejamento; documentar a análise de riscos e as estratégias de tratamento.

Contingência: Elaborar plano de ação corretivo para riscos materializados; revisão e aprimoramento dos processos de planejamento para futuras contratações.

Setor Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação, Gestão de Riscos.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

Risco 5 — Desistência de licitantes ou Licitação deserta/fracassada

Identificação do Risco: Poucos ou nenhum licitante comparece ou apresenta propostas válidas, resultando na impossibilidade de selecionar um fornecedor.

Consequência: Atraso na aquisição dos medicamentos, desabastecimento das Unidades de Saúde e comprometimento da dispensação aos pacientes.

Fase da Contratação: Seleção do Fornecedor (Licitação)

Tipo: Operacional

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Médio

Mitigação: Realizar ampla divulgação do edital; garantir especificações claras e não restritivas; realizar pesquisa de mercado para identificar potenciais fornecedores; estabelecer prazos razoáveis para apresentação de propostas.

Contingência: Revisar o edital e republicar a Licitação; realizar nova pesquisa de preços; avaliar a possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de Licitação em casos específicos e urgentes.

Setor Responsável: Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, Diretoria de Suprimentos.

Risco 6 — Impugnação do edital ou recursos administrativos

Identificação do Risco: Licitantes ou terceiros apresentam impugnações ao edital ou recursos administrativos contra atos da Licitação, questionando a legalidade ou a conformidade do processo.

Consequência: Atraso na homologação da Licitação e na assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo gerar desabastecimento e custos adicionais.

Fase da Contratação: Seleção do Fornecedor (Licitação)

Tipo: Legal

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Nível de Risco Inerente: Médio

Mitigação: Elaborar edital com clareza e em estrita conformidade com a legislação; realizar revisão jurídica prévia do edital; disponibilizar canal para esclarecimentos de dúvidas dos licitantes.

Contingência: Análise célere e fundamentada das impugnações e recursos; suspensão temporária do processo licitatório, se necessário; correção de vícios sanáveis no edital ou nos atos da Licitação.

Setor Responsável: Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, Procuradoria Municipal.

Risco 7 — Habilitação de licitante sem capacidade técnica ou econômica

Identificação do Risco: Um licitante que não possui a real capacidade técnica, operacional ou econômica para cumprir o objeto é habilitado e vence a Licitação.

Consequência: Futuro inadimplemento contratual, falhas na entrega, problemas de qualidade dos medicamentos, gerando prejuízos e desabastecimento.

Fase da Contratação: Seleção do Fornecedor (Licitação)

Tipo: Operacional

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Médio

Mitigação: Exigir documentação de habilitação completa e pertinente; realizar diligências para verificar a veracidade das informações e a capacidade do licitante; analisar atestados de capacidade técnica com rigor.

Contingência: Desclassificação do licitante e convocação do próximo; aplicação de sanções administrativas; rescisão contratual e nova Licitação em caso de inadimplemento.

Setor Responsável: Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, Procuradoria Municipal.

Risco 8 — Preços inexequíveis ou excessivamente onerosos

Identificação do Risco: O licitante vencedor apresenta preços que são manifestamente inexequíveis (muito baixos) ou excessivamente onerosos (muito altos) em relação ao mercado.

Consequência: Risco de inadimplemento futuro por preços inexequíveis ou prejuízo ao erário por contratação com sobrepreço, gerando questionamentos dos órgãos de controle.

Fase da Contratação: Seleção do Fornecedor (Licitação)

Tipo: Financeiro



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Realizar análise crítica das propostas em relação ao preço de referência; exigir comprovação da exequibilidade de preços muito baixos; negociar com o licitante vencedor para adequação de preços, se cabível.

Contingência: Desclassificação da proposta inexequível ou excessivamente onerosa; convocação do próximo licitante; anulação da Licitação se todas as propostas forem inadequadas.

Setor Responsável: Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro, Diretoria de Suprimentos.

Risco 9 — Recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços

Identificação do Risco: O licitante vencedor, após a homologação da Licitação, recusa-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato.

Consequência: Atraso na formalização da contratação, necessidade de convocar o próximo licitante ou realizar nova Licitação, gerando desabastecimento e prejuízos.

Fase da Contratação: Assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Nível de Risco Inerente: Baixo

Mitigação: Informar claramente as condições de contratação no edital; aplicar as sanções administrativas cabíveis ao licitante faltoso (multa, impedimento de licitar).

Contingência: Convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação; realização de nova Licitação; aquisição emergencial, se a situação justificar.

Setor Responsável: Diretoria de Suprimentos, Procuradoria Municipal.

Risco 10 — Erros na formalização da Ata de Registro de Preços ou Contrato

Identificação do Risco: A Ata de Registro de Preços ou o contrato são formalizados com erros, omissões ou inconsistências em relação ao edital e à proposta vencedora.

Consequência: Dificuldades na execução contratual, questionamentos jurídicos, necessidade de retificações ou aditivos, podendo gerar atrasos e litígios.

Fase da Contratação: Assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato

Tipo: Legal

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Nível de Risco Inerente: Baixo

Mitigação: Revisão minuciosa da minuta da Ata/contrato pela equipe técnica e jurídica antes da assinatura; padronização de modelos de documentos contratuais.

Contingência: Retificação da Ata/contrato por termo aditivo; anulação e nova formalização, se os erros forem insanáveis.

Setor Responsável: Diretoria de Suprimentos, Procuradoria Municipal.

Risco 11 — Atraso na entrega dos medicamentos

Identificação do Risco: O fornecedor não cumpre os prazos de entrega estabelecidos nas ordens de fornecimento, ou entrega os medicamentos em quantidade inferior à solicitada.

Consequência: Desabastecimento das Unidades de Saúde, interrupção da dispensação aos pacientes, comprometimento da saúde pública e insatisfação da população.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Estabelecer prazos de entrega realistas e penalidades claras no edital; monitorar ativamente os prazos de entrega; manter comunicação constante com o fornecedor; exigir plano de entrega detalhado.

Contingência: Notificação formal ao fornecedor e aplicação de multas; convocação de licitantes remanescentes da Ata de Registro de Preços; aquisição emergencial de outros fornecedores; rescisão contratual.

Setor Responsável: Fiscal do Contrato, Diretoria Municipal de Saúde, Diretoria de Suprimentos.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

Risco 12 — Fornecimento de medicamentos com qualidade inferior ou em desconformidade

Identificação do Risco: Os medicamentos entregues não atendem às especificações técnicas do Termo de Referência, apresentam defeitos, validade curta, embalagem danificada ou são falsificados.

Consequência: Risco à saúde dos pacientes, ineficácia do tratamento, necessidade de descarte dos produtos, prejuízo financeiro e reputacional para a administração pública.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Médio

Mitigação: Exigir certificações de qualidade e registro na ANVISA; realizar inspeção rigorosa no recebimento dos produtos (validade, lote, integridade); exigir amostras para análise prévia; prever testes laboratoriais aleatórios.

Contingência: Recusa do recebimento dos produtos; exigência de substituição imediata; aplicação de sanções contratuais; comunicação aos órgãos de vigilância sanitária; rescisão contratual.

Setor Responsável: Fiscal do Contrato, Departamento de Farmácia, Diretoria Municipal de Saúde.

Risco 13 — Desabastecimento por falha do fornecedor

Identificação do Risco: O fornecedor não consegue atender às demandas de fornecimento de medicamentos, seja por problemas de produção, logística ou financeiros, resultando em falta crônica.

Consequência: Interrupção prolongada da dispensação de medicamentos essenciais, comprometimento da saúde e bem-estar da população, aumento da mortalidade e morbidade.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Diversificar fornecedores na Ata de Registro de Preços (se possível); exigir garantias contratuais; monitorar a capacidade de produção e estoque do fornecedor; manter estoque de segurança mínimo.

Contingência: Acionamento de outros fornecedores registrados na Ata; aquisição emergencial por dispensa de Licitação; rescisão contratual e aplicação de sanções; comunicação aos órgãos de controle.

Setor Responsável: Fiscal do Contrato, Diretoria Municipal de Saúde, Diretoria de Suprimentos.

Risco 14 — Reajuste de preços abusivo ou não autorizado

Identificação do Risco: O fornecedor solicita reajuste de preços fora das condições contratuais ou com índices superiores aos permitidos pela legislação.

Consequência: Aumento dos custos da contratação, prejuízo ao erário, questionamentos dos órgãos de controle e possível paralisação do fornecimento em caso de não aceitação.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Financeiro

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Nível de Risco Inerente: Baixo

Mitigação: Estabelecer cláusulas claras de reajuste no edital e contrato, em conformidade com a legislação; monitorar os índices de preços de mercado; realizar análise técnica e jurídica de qualquer solicitação de reajuste.

Contingência: Recusa do reajuste indevido; negociação com o fornecedor; rescisão contratual se o fornecedor se recusar a manter o fornecimento sem o reajuste abusivo.

Setor Responsável: Fiscal do Contrato, Diretoria de Suprimentos, Procuradoria Municipal.

Risco 15 — Falha na fiscalização da execução contratual

Identificação do Risco: A fiscalização do contrato é deficiente ou inexistente, não identificando falhas na entrega, qualidade ou cumprimento das obrigações pelo fornecedor.

Consequência: Execução do contrato em desconformidade com o Termo de Referência, recebimento de produtos inadequados, prejuízo ao erário e responsabilização do fiscal e gestores.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Designar fiscal do contrato com perfil adequado e capacitação; elaborar plano de fiscalização detalhado; realizar vistorias e acompanhamento periódico; exigir relatórios do fornecedor; documentar todas as ocorrências e ações.

Contingência: Reuniões de alinhamento com o fornecedor; aplicação de sanções contratuais; substituição do fiscal do contrato; auditoria interna para apurar responsabilidades.

Setor Responsável: Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato, Diretoria Municipal de Saúde.

Risco 16 — Inadimplemento total ou parcial do fornecedor

Identificação do Risco: O fornecedor não cumpre integralmente ou parcialmente as obrigações contratuais, seja por falha na entrega, qualidade, ou outras condições.

Consequência: Desabastecimento, prejuízo financeiro, necessidade de nova contratação, comprometimento da saúde pública e litígios.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Exigir garantias contratuais; monitorar o desempenho do fornecedor; aplicar sanções contratuais de forma tempestiva; manter comunicação clara sobre as expectativas.

Contingência: Aplicação de multas e outras sanções; execução da garantia contratual; rescisão unilateral do contrato; convocação de licitantes remanescentes ou nova Licitação.

Setor Responsável: Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato, Procuradoria Municipal, Diretoria de Suprimentos.

Risco 17 — Litígios e disputas contratuais

Identificação do Risco: Divergências entre a Prefeitura e o fornecedor resultam em disputas que podem levar a processos administrativos ou judiciais.

Consequência: Custos com advogados, atrasos na execução, possível condenação da administração pública, prejuízo à imagem e reputação.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Legal

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Nível de Risco Inerente: Baixo

Mitigação: Elaborar contrato claro e completo; manter registro detalhado de todas as comunicações e ocorrências; buscar resolução amigável de conflitos; capacitar fiscais e gestores em gestão contratual.

Contingência: Acionamento da Procuradoria Municipal para defesa dos interesses da Prefeitura; utilização de mecanismos de resolução alternativa de disputas (mediação, conciliação), se cabível.

Setor Responsável: Procuradoria Municipal, Gestor do Contrato.

Risco 18 — Riscos de responsabilização administrativa do gestor/fiscal

Identificação do Risco: O gestor ou fiscal do contrato é responsabilizado por falhas na fiscalização, omissão ou atos que resultem em prejuízo ao erário ou descumprimento da legislação.

Consequência: Processos administrativos disciplinares, aplicação de multas, inabilitação para exercer cargos públicos, prejuízo à carreira e reputação.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Reputacional

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Capacitação contínua de gestores e fiscais; elaboração de manuais e procedimentos claros; acompanhamento e supervisão da atuação dos fiscais; documentação completa de todas as ações e decisões.

Contingência: Defesa administrativa e jurídica; revisão dos processos internos para evitar futuras falhas; instauração de sindicância ou processo administrativo para apuração de responsabilidades.

Setor Responsável: Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato, Diretoria Municipal de Saúde, Controladoria Interna.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - CEP 14270-000 - CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

Risco 19 — Dificuldade na gestão de estoques e validade dos medicamentos

Identificação do Risco: Falhas no controle de estoque resultam em medicamentos vencidos, armazenagem inadequada ou falta de controle sobre a validade dos produtos.

Consequência: Desperdício de recursos públicos, risco à saúde dos pacientes que podem receber medicamentos vencidos, necessidade de descarte e prejuízo ambiental.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Nível de Risco Inerente: Alto

Mitigação: Implementar sistema de gestão de estoque eficiente (PEPS/FIFO); capacitar equipe de almoxarifado; realizar inventários periódicos; monitorar prazos de validade e planejar a distribuição para evitar perdas.

Contingência: Descarte adequado de medicamentos vencidos; remanejamento de estoque entre unidades; revisão dos processos de gestão de estoque e treinamento da equipe.

Setor Responsável: Departamento de Farmácia, Almoxarifado, Diretoria Municipal de Saúde.

Risco 20 — Falha na comunicação entre as partes

Identificação do Risco: Comunicação ineficaz ou inexistente entre a Prefeitura (fiscal, gestor) e o fornecedor, levando a mal-entendidos, atrasos e problemas na execução.

Consequência: Dificuldade na resolução de problemas, atrasos na entrega, falhas na qualidade, escalada de conflitos e insatisfação mútua.

Fase da Contratação: Execução do Contrato

Tipo: Operacional

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Nível de Risco Inerente: Médio

Mitigação: Estabelecer canais de comunicação formais e informais; realizar reuniões periódicas de acompanhamento; documentar todas as comunicações relevantes; definir pontos de contato claros para ambas as partes.

Contingência: Mediação de conflitos; formalização de todas as solicitações e respostas por escrito; intervenção de níveis hierárquicos superiores para restabelecer a comunicação.

Setor Responsável: Fiscal do Contrato, Gestor do Contrato, Diretoria de Suprimentos.

Santa Rosa de Viterbo, 18 de maio de 2026

ANDRÉ SALOMÃO SALOMEN NADER
DEPARTAMENTO DE SAÚDE



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

- a) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- b) Declaração de Grau de Parentesco e Inexistência de Vínculo, DECLARA, sob as penas lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Órgão Gerenciador ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA FORNECIMENTO A SER APRESENTADA TAMBÉM APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

AO (A) PREGOEIRO (A) da Prefeitura de Santa Rosa de Viterbo

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026 PROCESSO Nº 39/2026		
Fornecedor:		
CNPJ:	Inscrição Estadual:	
Endereço:	Bairro:	
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.		
Senhor Fornecedor: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital:		

Item	Qtde	Unid.	Descrição do medicamento	Apresentação (comprimido por caixa/embalagem)	Marca	VI.Unit.	VI. Total
				Exemplo: cx c/28 cp			

1.1. Na proposta comercial, a empresa vencedora deverá discriminar a forma de apresentação do medicamento, indicando expressamente a quantidade de comprimidos acondicionados em cada caixa/embalagem, de modo a possibilitar a correta formalização do empenho e evitar divergências quanto às quantidades e valores.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

ANEXO IV – FICHA DE CADASTRO DO FORNECEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90018/2026

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos, visando atender às demandas das Unidades de Saúde e garantir a dispensação adequada aos pacientes do município, com prazo de vigência da ata de 12 (doze) meses e entrega parcelada conforme as necessidades da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo, em estrita conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

CADASTRO DE FORNECEDOR		
<input type="checkbox"/> Bens <input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Ambos		
Fornecedor:		
CNPJ/CPF:		
Razão Social:		
Endereço:		
Bairro:		
Cidade:		UF:
CEP:		
Telefone:		
FAX:		
E-mail:		
Responsável para Contato:		
Telefone do Responsável:		
E-mail do Responsável:		
Dados do Representante Legal autorizado para Assinatura do Contrato/Ata:		
Nome:		
CPF:	RG:	
Função/Cargo:		
Endereço:	Bairro:	
Cidade:		
Email:		
Banco:	Agencia:	Conta Corrente:
Inscrição Estadual:		
Inscrição Municipal:		
Atividade		
Econômica:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Cooperativa:		
Declaro serem verídicas todas as informações acima.		
Assinatura e nome do representante legal:		



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90018/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026

Aos xx dias do mês de xxxxxx do ano de xxxx, autorizado pelo processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90018/2026 foi expedida a presente Ata de Registro de Preços atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 5963, de 26 de janeiro de 2024, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ nº. 45368.545/0001-93, com endereço à Rua Sete de setembro, 398, Centro, CEP 14270-000, Santa Rosa de Viterbo, São Paulo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Omar Nagib Moussa, portador de cédula de identidade n.º 7.537.843-7 SSP/SP e CPF/MF nº 084.132.038-13.

FORNECEDOR REGISTRADO: XXXXX, com sede na xxxxxx, CEPxxxxx e inscrita no CNPJ sob nº. xxxxxx, representada pelo(a) Sr(a). XXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº. xxxxxx SSP/xx e CPF/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxx.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de preços** para aquisição de medicamentos, visando atender às demandas das Unidades de Saúde e garantir a dispensação adequada aos pacientes do município, com prazo de vigência da ata de 12 (doze) meses e entrega parcelada conforme as necessidades da Prefeitura de Santa Rosa do Viterbo, em estrita conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Marca	VI.Unit.	VI. Total

2.2. O valor total da Ata de Registro de Preços é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

2.3. No desconto acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

2.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO.

4. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2., deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

9.1. Os materiais serão entregues de forma **FRACIONADA**, de acordo com as necessidades da Diretoria solicitante. (Incluir em todos de materiais)



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

9.2. O item deverá ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias, contadas a partir da emissão da Autorização de Fornecimento, que será transmitida via e-mail e a validade dos produtos deverá ser igual ou superior a 12 meses.

9.3. A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada nos seguintes endereços, de acordo com a autorização de fornecimento, acompanhada da respectiva nota fiscal/fatura.

9.3.1. A entrega deverá ser realizada no **ALMOXARIFADO DA SAÚDE** – na Rua Germiniano de Queiroz nº 187 – Centro – Santa Rosa de Viterbo, CEP 14.270-000 das 08:00hs às 10:30hs e das 13:00hs às 15:30hs.

9.3.2. Os itens a serem entregues deverão estar de acordo com as normas, procedimentos e especificações técnica mínimas que legislam sobre este item descrito neste termo.

9.3.3. O item adquirido deverá ser entregue em embalagem original do fabricante, com as seguintes informações:

- Marca e identificação completa do produto;
- Data de fabricação, prazo de validade e lote;

9.4. Na entrega, não será aceita troca de marca ofertada na proposta.

9.5. O recebimento por parte da Orgão Gerenciador observará o estabelecido abaixo:

9.5.1. Recebimento provisório: o objeto será recebido provisoriamente mediante recibo, no prazo constante no item 9.1, para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue, de acordo com a especificação constante deste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

9.5.2. Recebimento definitivo: o objeto será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes deste anexo), da quantidade e da garantia do material, e após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

9.6. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos produtos;

9.7. No ato do recebimento, caso o produto apresentado não estiver em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente conforme o caso, sem direito a indenização à empresa vencedora.;

9.8. O recebimento definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Orgão Gerenciador, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

9.9. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pelo Órgão Gerenciador, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo no prazo máximo de 24 h.

9.10. Frete e demais despesas inclusas no valor do objeto, devendo o fornecedor registrado entregá-lo no endereço fornecido pelo Órgão gerenciador.

9.11. Os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes.

9.12. A empresa vencedora que não cumprir os prazos estipulados sofrerá as sanções previstas na Lei 14.133/21 e suas alterações.

9.13. O Fornecedor Registrado estará obrigado a atender a todas as solicitações expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, independente de quantidade e/ou valor mínimo solicitado.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

10. DO PAGAMENTO

10.1. Além das condições de pagamento presentes no Termo de referência, o pagamento pela efetiva entrega dos produtos deste instrumento será efetuado no 20º (vigésimo) dia após a apresentação dos documentos fiscais ao gerenciador através dos Setores competentes, sendo que o mesmo poderá ser aceito ou rejeitado conforme a sua correta ou incorreta execução e as eventuais falhas e / ou ocorrências apresentadas através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei n.º 14.133/21. A regularidade fiscal poderá ser constatada por meio de consulta on-line em sites oficiais.

10.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pelo fornecedor registrado diretamente ao responsável, que somente atestará o recebimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pelo fornecedor registrado, todas as condições pactuadas.

10.1.2. A contagem para o 20º (vigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação e liquidação do objeto pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3. Para execução do pagamento, o fornecedor registrado deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Prefeitura de Santa Rosa de Viterbo, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Autorização de Fornecimento/Empenho.

10.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor registrado e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus da Prefeitura de Santa Rosa de Viterbo/SP.

10.2. A critério da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo, poderão ser descontados os pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade do fornecedor registrado.

10.3. Persistindo a irregularidade, o Órgão gerenciador deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do ajuste nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao Fornecedor registrado a ampla defesa.

10.4. A Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo fornecedor registrado caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

10.4.1 O fornecedor registrado que deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo.

10.4.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que o fornecedor registrado atenda à cláusula infringida.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

10.4.3. O fornecedor registrado retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo.

10.4.4. Débito do fornecedor registrado para com a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

10.4.5. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

10.6. O Fornecedor registrado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a adjudicatária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira, devida pelo Município de Santa Rosa de Viterbo, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento

VP= Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot 365 \quad I = (6/100) \cdot 365 \quad I = 0,0001644 \quad TX: \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

10.8. No ato do pagamento, no Setor de Tesouraria deste Município, o fornecedor registrado deverá apresentar prova de regularidade para com o INSS, FGTS E TRABALHISTA, sob pena de serem suspensos os pagamentos das faturas, até ser sanada a irregularidade.

10.9. A inadimplência do fornecedor cadastrado com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao órgão gerenciador a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

11. DAS OBRIGAÇÕES:

11.1. Compete ao Órgão Gerenciador

11.1.1. Orientar, acompanhar e fiscalizar a fiel execução da presente Ata;

11.1.2. Permitir o acesso do fornecedor ao local do fornecimento.

11.1.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento.

11.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas na Ata de Registro;



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

- 11.1.5. Propor o cancelamento da Ata quando constatado qualquer descumprimento ou irregularidade no seu cumprimento;
- 11.1.6. Fiscalizar e inspecionar o produto, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, quando estes não atenderem ao especificado.
- 11.1.7. Atestar, de acordo com a entrega efetuada, a Nota Fiscal /Fatura, encaminhando-a ao setor competente para pagamento.
- 11.1.8. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita ao Fornecedor Registrado, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-lo em todos os casos omissos.
- 11.1.9. Fiscalizar o cumprimento do disposto na Legislação Municipal.
- 11.1.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por servidor especialmente designado, prestando as informações necessárias e anotando em registro próprio eventuais falhas detectadas;
- 11.1.11. Notificar ao FORNECEDOR REGISTRADO por escrito da ocorrência de eventuais falhas ou irregularidades constatadas na entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.1.12. Pagar ao FORNECEDOR REGISTRADO o valor resultante da aquisição do produto e/ou prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas nos autos do respectivo processo, após o recebimento provisório e definitivo;
- 11.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e demais requerimentos, feitos pelo Fornecedor registrado, no prazo máximo de 30 dias;
- 11.1.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do FORNECEDOR REGISTRADO, no que couber;
- 11.1.15. E demais obrigações estipuladas no Termo de Referência e Edital.

11.2. **OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO:**

- 11.2.1. Realizar as entregas de acordo com as especificações exigidas neste Edital e seus anexos, e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na Ata de Registro de Preço;
- 11.2.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ata de registro de preço.
- 11.2.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 11.2.4. Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.
- 11.2.5. Indenizar terceiros e/ou o Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

11.2.6. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

11.2.7. O Fornecedor Registrado deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, via correio eletrônico, para assinatura da Ata de Registro de Preço, **sob pena de ser desclassificada pela não assinatura.**

11.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

11.2.11. O Fornecedor Registrado fica obrigada a atender a todas as solicitações expedidas pelo Órgão Gerenciador, independente de quantidade e/ou valor mínimo solicitado.

11.2.12. O Fornecedor Registrado deverá entregar ao fiscal do contrato, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

11.2.13 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Orgão Gerenciador;

11.2.14. Comunicar ao gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique.

11.2.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.2.16. Executar o fornecimento contratado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações recomendadas pela boa técnica, normas e legislação correlata.

11.2.17. E demais obrigações estipuladas no Termo de Referência e Edital.

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.4 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

12.1.4.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.4.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.4.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.4.4 Deixar de apresentar amostra;

12.1.4.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.5.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.7 Fraudar a licitação

12.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.8.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.8.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.8.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.10 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves; assim entendidas, aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.2.2. Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 10 (dez) dias. Após o décimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

12.2.4. O atraso superior a 15 (quinze) dias autorizará o ORGÃO GERENCIADOR a promover a rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei 14.133/21.

12.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR REGISTRADO, observando-se o procedimento previsto na Lei 14133/21.

12.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Fornecedor Registrado serão deduzidos dos valores a serem pagos, observada a legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

12.4.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Fornecedor Registrado, o Órgão Gerenciador poderá cobrar o valor remanescente judicialmente

12.4.2. Impedimento de licitar e contratar; e

12.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.6.2. As peculiaridades do caso concreto

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.7.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.3, 12.1.4 e 12.1.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.7.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.6., 12.1.7, 12.1.8., 12.1.9., e 12.1.10., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.3., 12.1.4. e 12.1.5., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.6., 12.1.7, 12.1.8, 12.1.9. e 12.1.10., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.3., 12.1.4. e 12.1.5., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 meses, contados da data base da contratação.

13.2 Após o interregno de um ano, a pedido do Fornecedor Registrado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Órgão Gerenciador, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3 No reajuste subsequente ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajuste, o Órgão Gerenciador pagará ao Fornecedor Registrado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajuste venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13.9 O Órgão Gerenciador deverá explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato/Ata de Registro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será permitida a subcontratação.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes de cada contratação (ATA) onerarão verbas a serem definidas quando da emissão de cada empenho



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Fornecedor eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do Fornecedor orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O Fornecedor deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O ORGÃO GERENCIADOR poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Fornecedor atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O Fornecedor deverá prestar, no prazo fixado pelo ORGÃO GERENCIADOR, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

a) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

17. DAS PENALIDADES

17.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

17.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

17.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

17.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes na Lei n.º, na Lei Federal 14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

19.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90018/2026, Termo de Referência e demais anexos e a proposta da empresa detentora da ata.

Fica eleito o Foro da Cidade de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Santa Rosa de Viterbo, xx de xxx de 2025.

Omar Nagib Moussa
Prefeito Municipal

Fornecedor Registrado

Testemunhas:



Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo

Rua Sete de Setembro, 398 - Centro - Santa Rosa de Viterbo - Estado de São Paulo
Caixa Postal 91 - PABX (16) 3954-8800 - Fax(16) 3954-8811 - CEP 14270-000
CNPJ 45.368.545/0001-93
URL: <http://www.santarosa.sp.gov.br> - e-mail: prefeitura@santarosa.sp.gov.br

ANEXO VI

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade